

Repor o rural no mapa: a comunicação como processo para a sustentabilidade em meio rural¹

João Afonso Correia

Licenciado em Planeamento Regional e Urbano. Aluno do Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência, Universidade de Aveiro (jcorreia@reit.up.pt)

Elisabete Figueiredo

Socióloga. Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente. Professora Auxiliar na Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas – Universidade de Aveiro (elisa@ua.pt)



**Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território**

**Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio**

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

¹ Este trabalho está a ser desenvolvido no âmbito de uma tese de Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência, da Universidade de Aveiro. Os dados que se apresentam têm, assim, uma natureza exploratória.

Resumo

Os pequenos aglomerados rurais, essencialmente os localizados nas áreas montanhosas do interior português continuam fora da agenda política nacional aparentemente com poucas oportunidades de subsistência num mundo globalizado. Em Portugal, como bem demonstrou um estudo recente de Oliveira Baptista (2006), mais de metade do território continental pode ser considerado como rural de baixa densidade.

A aposta política actual para as áreas rurais mais ‘remotas’ consiste no reforço da sua capacidade de auto-sustentação, na construção e fortalecimento das competências locais, no apoio a iniciativas de base comunitária e ainda no estabelecimento de redes de cooperação. Neste contexto, as estratégias de comunicação podem constituir um importante instrumento de desenvolvimento local, contribuindo para ‘repor o rural profundo no mapa’.

Este trabalho pretende ser uma reflexão acerca destas questões, com base os dados recolhidos junto dos Presidentes de Junta de Freguesia e dos técnicos e responsáveis pelos projectos ‘Criar Raízes’ e ‘Cooperativa Mais Além’, com intervenção em aldeias das Serras da Freita e Arada (Rede Natura 2000). Defende-se que uma intervenção de proximidade, pela mediação/animação social e com recurso à investigação acção, articuladas com estratégias de comunicação externa, poderão ser uma resposta eficaz para o difícil envolvimento da população em acções de desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Desenvolvimento rural; sustentabilidade; comunicação; mediação social.

1. Introdução

Mais de metade de Portugal Continental pode ser considerado como rural profundo ou como espaço remoto de baixa densidade (e.g. Oliveira Baptista, 2006), que demora a descolar da interioridade em que, ao longo da segunda metade do século XX, se foi afundando. Este é um Portugal fora do mapa, da metade interior, a face envergonhada e escura, que o ritmo dos grandes investimentos não contempla, porque são focados essencialmente no litoral. Está longe das prazenteiras brisas marinhas e das oportunidades que conduzem ao desenvolvimento, não obstante alguns pólos mais vivos, aqui e ali, assim como certos esforços assinaláveis que contrariam a tendência geral. Esforços estes que, se analisados e ponderados nas suas devidas circunstâncias, podem lançar pistas valiosas para ultrapassar muitas das dificuldades do espaço rural português.

A linha política mais recente da União Europeia apostando numa lógica espacial e social (rural), em detrimento da sectorial (agrícola), enfatiza “o reforço da capacidade de auto-sustentação das áreas rurais, através de ‘capacity building’, de ‘iniciativas de base comunitária’ e de ‘redes de cooperação’” (Shortall 2004: 109). As insuficiências dos modelos governativos tradicionais, deslocam a atenção para a

escala local e para novas formas de participação nos processos decisórios (e.g. Andrew e Goldsmith 1998) e ainda para mais eficazes formas de envolvimento das populações nas acções de desenvolvimento.

As soluções de desenvolvimento devem responder ao que se considera (segundo múltiplos estudos recentes e diversas entidades internacionais) ser as exigências dos tempos actuais: a crescente importância da agenda ambiental; o desgaste da dicotomia cidade-campo (e.g. Figueiredo 2003); a revalorização das identidades locais e histórico-culturais; o aproveitamento das vantagens da “sociedade em rede” e a talvez utópica, mas necessária, via da sustentabilidade (e.g. Moreira, 2005) que apresenta certas especificidades no espaço rural (e.g. Covas, 2004: 53).

Neste quadro, as estratégias de comunicação podem ser usadas para um mais eficaz envolvimento das populações nas acções de desenvolvimento e dar um contributo no sentido de repor o rural profundo no mapa, diminuindo a interioridade e a exclusão, fornecendo objectivos de sustentabilidade que devem nortear a actuação, usando os pontos fortes em termos de património natural, histórico, cultural e social. Estas estratégias têm sido desenvolvidas essencialmente no âmbito da comunicação e marketing e no domínio da psicologia social, enfatizando os processos de mediação social (e.g. Correia e Caramelo, 2003) e de investigação-acção (Koshy, 2005).

Neste trabalho procuramos reflectir acerca das estratégias de comunicação a estabelecer em comunidades rurais de montanha, no sentido de envolver as populações locais em iniciativas de desenvolvimento sustentável e de quebrar o isolamento a que estão votadas, abrindo-lhes simultaneamente perspectivas de futuro. Esta reflexão é desenvolvida tendo por base os dados recolhidos através da aplicação de inquéritos por entrevista aos presidentes de Junta de Freguesia e aos responsáveis e técnicos de dois projectos de desenvolvimento local (*Criar Raízes* e *Cooperativa Mais Além*), implementados em aldeias da Serra da Freita e Arada, Maciço da Gralheira, integradas na Rede Natura 2000. O trabalho começa por apresentar uma reflexão sobre as novas funções das áreas rurais e as actuais linhas orientadoras das políticas e medidas de desenvolvimento local para seguidamente debater as estratégias de comunicação na construção da sustentabilidade em meio rural. Conclui-se que uma intervenção de proximidade, pela *mediação/animação* social e com recurso à investigação acção, articuladas com estratégias de comunicação externa, e com um correcto enquadramento institucional, poderão constituir uma resposta eficaz para o envolvimento da população em acções de desenvolvimento sustentável, ou seja, contribuir para “transformação social” do rural profundo e devolver às populações a iniciativa para inverter o declínio das comunidades.

2. Espaço rural português – meio país entre a incerteza e o esquecimento

Maugrado o reconhecimento da difícil definição do que é o rural e de questionarmos, com Ray (1999), que não faz sentido “*falar do rural como uma categoria comum e um destino partilhado*”, não é nossa

intenção contribuir aqui para o debate acerca da diversidade de áreas rurais e da variedade de tipologias² comumente adoptadas para as caracterizar. Apesar disso, e salvaguardando a imensidão de formas e conteúdos que as áreas rurais assumem, podemos caracterizar o mundo rural como a parte do território menos afectada pelos processos de desenvolvimento de natureza urbano-industrial, consequentemente menos povoada e enfrentando hoje níveis distintos de marginalização e isolamento (e.g. Grimes, 2000). Outras características, de certo modo hegemónicas, que caracterizam o mundo rural são a sua persistente definição por oposição ao mundo urbano (e.g. Shucksmith *et al*, 2006), a sua representação simbólica como reserva de uma maior qualidade de vida e como paradigma da tradição, da permanência e da genuinidade. Ao contrário, as áreas urbanas são definidas como “*reservas de criatividade, de ideias inovadoras, de entusiasmo, de diversidade e diferenciação*” (Figueiredo e Ferrão: 2007:3) que são aparentemente também sinónimos de maior qualidade de vida, mas às quais parecem faltar componentes como a proximidade com a natureza, o inter-conhecimento e uma certa *superioridade moral* em termos de valores que, nas representações sociais, pertencem à esfera da ruralidade.

Ao longo dos últimos 50/60 anos assistimos a mudanças dramáticas nas áreas rurais nacionais. Em 2006, Oliveira Baptista, referindo-se a um espaço rural concreto – a serra da Lousã - caracterizava estas transformações, recorrendo a expressões de outros autores que resumem bem a direcção e o conteúdo das alterações mais genéricas. Assim, em 1949 a vitalidade dos povoados e o rigoroso uso agrícola da terra, aproveitando o relevo e as características físicas eram o traço dominante (Orlando Ribeiro, 1982). Quatro décadas depois, Castro Caldas (1989) afirmava “*o que ficou na serra foi a urze, ou melhor, a torga*” e acrescentava: “*abandonaram-na e até agora nenhum voltou, emigrante afortunado, a construir na serra o triunfo da casa nova*”. Na mesma data, Cravidão (1989) detectava um movimento de expansão de residências secundárias naquele território e 14 anos mais tarde, Dinis e Malta (2003)³ concluíam pela existência de um novo território rural, povoado por residentes novos, sobretudo estrangeiros, e também sazonalmente pelos utentes das segundas residências. No entanto estas últimas transformações não são ainda, ao contrário das anteriores, frequentes na maior parte das áreas rurais nacionais.

Segundo o já referido trabalho de Oliveira Baptista (2006) e como mencionámos antes, o rural *remoto* ocupa mais de metade do território nacional, apresentando uma densidade média de 13 habitantes/Km² e albergando cerca de 7% da população do Continente. Estas áreas sofrem de constrangimentos diversos que podem ser resumidos no seguinte: 1) perdas dramáticas de população; 2) acentuados processos de envelhecimento da mesma; 3) baixos níveis de escolaridade; 4) perda de importância económica e social da actividade agrícola; 5) longa ausência de uma actuação política eficaz; 6) perda de competitividade económica e 7) ausência de dinâmicas sociais e económicas alternativas. Podemos afirmar, assim, com Cavaco (1994), que uma boa parte do mundo rural português atingiu hoje um estado terminal, tendo-se alterado profundamente “*os modos de vida, os sistemas de valores e a fisionomia das aldeias*”(idem; 25). Estas alterações continuam a acentuar-se e “*o rural continua a perder gente, como vem acontecendo desde há meio século. A parte da população envelhecida que vive de pensões e reformas, sem actividade económica, é bem superior à média do país*” (Oliveira Baptista, 2006: 87).

² Uma síntese dessas tipologias pode ser vista em Figueiredo (2003) e Shucksmith *et al* (2006).

³ Os autores mencionados são citados em Oliveira Baptista (2006).

Como referimos, um dos traços mais marcantes das alterações observadas no mundo rural está relacionada com a perda de importância económica e social daquilo a que já chamámos, noutra contexto, a sua primordial *raison d'être* (e.g. Figueiredo, 2008), ou seja, a actividade agrícola. Efectivamente, como demonstram as análises, entre outros, de Oliveira Baptista (1996) e de Rolo (2003), ao longo das últimas décadas a agricultura foi perdendo terreno no espaço rural, tanto como unificadora dos Homens e do território como como principal fonte de rendimento e como actividade de conservação das paisagens e recursos. Verificou-se assim nos últimos 60 anos uma acentuada retracção da área cultivada e do número dos que nela trabalham, consequência quer dos movimentos demográficos e sociais mencionados, quer, a partir da adesão de Portugal à União Europeia (UE), dos impactes da Política Agrícola Comum (PAC), essencialmente a partir de 1992, altura em que estabelece a concessão de subsídios desligados da produção. Nestas circunstâncias, “*não é difícil de prever o destino da maior parte do espaço rural português*” (Oliveira Baptista, 1996: 52), parecendo estar-lhe reservado uma função de recreio e lazer e de reserva da qualidade ambiental (e.g. Figueiredo, 2003). A actividade agrícola desempenhará neste futuro um papel sobretudo associado à manutenção das paisagens e das características da ruralidade. Consequentemente, ao agricultor português estará reservado o papel de *jardineiro da natureza* (e.g. Oliveira Baptista, 1993, 1996) ou de *gestor da qualidade ambiental e do território* (Reis e Lima, 1998). O rural passa assim de espaço agrícola a espaço multifuncional onde as funções de recreio e lazer para usufruto urbano assumem especial relevo.

As políticas de âmbito nacional e comunitário têm progressivamente caminhado no sentido da potenciação da multifuncionalidade das áreas rurais, especialmente nas vertentes mencionadas no parágrafo anterior. Considerem-se, a título de exemplo, a transformação, no seio da UE, da PAC em PARC (Política de Agrícola e Rural Comum) ou as diversas medidas e programas (como o LEADER) desenvolvidas desde há cerca de duas décadas, assim como, a nível nacional, os recentes Plano Estratégico Nacional e o Programa de Desenvolvimento Rural. Todos estes planos, programas e medidas se sustentam essencialmente no entendimento do mundo rural português⁴ como reserva da *memória do passado* e de qualidade ambiental, ao qual é necessário garantir sustentabilidade. Concomitantemente, os programas e medidas mais recentes assumem claramente a importância do reforço da identidade local e o envolvimento da população no desenho de estratégias de desenvolvimento eficazes e sustentáveis. Neste contexto, como afirmámos antes, as orientações políticas actuais enfatizam a necessidade de apostar numa lógica de carácter territorial (rural) em detrimento de uma lógica eminentemente sectorial (agrícola), através do reforço das capacidades e competências locais, do *capacity building* e *empowerment*, numa abordagem claramente *bottom-up* onde a comunidade, a cooperação e a articulação são as palavras-chave.

É, neste contexto e atendendo aos diversos constrangimentos e problemas que as sociedades rurais actualmente enfrentam (designadamente, como mencionado, os baixos níveis de escolaridade, as fracas dinâmicas sociais e económicas e, consequentemente, a débil capacidade de iniciativa), que as estratégias

⁴ Como Figueiredo (2008) refere tais estratégias políticas não são apenas aplicadas em Portugal. De uma forma grosseira podemos verificar a sua aplicação a outros países do sul da Europa e ainda a áreas marginais dos países da Europa central, que partilham características e problemas semelhantes aos apontados para o contexto português.

de comunicação podem ser consideradas como uma ferramenta essencial ao desenvolvimento local, assegurando um maior e mais eficaz envolvimento das comunidades locais no desenho de um futuro sustentável, mobilizando patrimónios e recursos, assim como identidades e sentidos de pertença, frequentemente desvalorizados localmente, num quadro de marginalização e isolamento comum a tantas áreas rurais. Estas questões, como debateremos nas secções seguintes, tornam-se ainda mais pertinentes no caso de áreas rurais integradas em zonas classificadas (como a Rede Natura 2000 ou a Rede Nacional de Áreas Protegidas), em que os percursos e estratégias de desenvolvimento se revestem de algumas particularidades⁵, como ilustrado pelas comunidades estudadas.

3. A Importância da Comunicação na Construção da Sustentabilidade em Meio Rural

Apesar de ter ultrapassado os vinte anos de existência, o termo desenvolvimento sustentável (WCED, 1987) continua de difícil operacionalização (Fidélis 2001: 25-26), embora de fácil compreensão. Kofi Annan, ex-secretário-geral das Nações Unidas reconheceu esta situação, ao afirmar que “*o principal desafio deste século é transformar uma ideia que parece abstracta – desenvolvimento sustentável – numa realidade para todos*”⁶. É hoje claro que a efectiva aplicação deste conceito depende da mudança das práticas e esta, por sua vez, depende do grau de compreensão da mensagem e do envolvimento dos cidadãos. Isto é visível no Princípio 10 da *Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (1992) que estabelece que “*a melhor maneira de tratar as questões ambientais é através da participação de todos os cidadãos interessados em vários níveis. A nível nacional, todo o cidadão deverá ter (...) a oportunidade de participar nos processos de tomada de decisão. Os Estados devem facilitar e promover a consciencialização e a participação do público, colocando as informações ao alcance de todos*” (Barbieri 1992: 49). Também a Agenda 21 (Capítulo 28) expressa que, inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável, está a implementação, pelas autoridades locais, de um processo consultivo e consensual com as suas populações sublinhando, portanto, o envolvimento e participação do cidadão. Assim, o nível local assume particular destaque quando se discutem estratégias de sustentabilidade.

Neste sentido, Correia e Caramelo (2003: 174) notam que “*o espaço discursivo em torno do qual se definem tanto os problemas sociais como as soluções legítimas, tem sido nas últimas duas décadas marcado pela revalorização do ‘local’ (...)*” mas advertem-nos para o facto de que “*(...) as actuais figuras do local são, em grande parte, configuradas pelas transformações das políticas sociais e cognitivas desenvolvidas por um Estado que, na opinião de David Bell (cit. in Giddens 1995), se tornou demasiado grande para resolver os pequenos problemas da vida e demasiado pequeno para gerir os grandes problemas da vida.*” É neste contexto que são determinantes os instrumentos que permitam adoptar estratégias mais participativas e o contacto directo no envolvimento das populações na discussão

⁵ Para uma melhor compreensão das especificidades das áreas rurais integradas em áreas protegidas, assim como dos desafios que lhes são colocados em termos de desenvolvimento local, ver os trabalhos de Figueiredo (2003 e 2008).

⁶ Segundo a página <http://www.worldaware.org.uk/education/sustain.html>, da organização Worldware e em <http://www.dep.org.uk/scities/quotes.php>, do Development Education Project, ambas consultadas a 23/10/2008.

do seu futuro, assim como a necessidade de sensibilização das comunidades para acções de sustentabilidade. A nível nacional estas questões foram materializadas na *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, em que os princípios mencionados são expressos, bem como a necessidade de promover novas formas de articulação entre a cidade e o campo, numa lógica de minimização das persistentes assimetrias territoriais e procurando a valorização dos recursos naturais e a protecção do ambiente.

A sustentabilidade implica modos de vida assentes não apenas nos aspectos económicos e sociais, mas também nas questões ambientais, como explica António Covas (2004: 53), ao perspectivar os desafios da actualidade rural: “*O ‘triângulo de qualidade agro-alimentar, agro-ambiental e agro-rural’ será o nosso paradigma de referência para o século XXI. É um problema cultural de longo alcance, uma opção de civilização e projecto de vida que só as gerações mais novas poderão interpretar e protagonizar com energia e convicção.*” Esse triângulo, adaptado ao meio rural, deverá servir de referência ao desempenho económico, social e ambiental das comunidades rurais. “*A relação entre agricultura, desenvolvimento rural e ambiente é, hoje, considerada crítica, nomeadamente no contexto da política europeia para o sector (2007-2013) e da gestão e financiamento da Rede Natura 2000, que abrange áreas muito significativas do rural profundo português e tem implicações decisivas na conservação da natureza*”⁷. Estas preocupações são visíveis no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, no qual assumem particular importância “*as medidas tomadas ao nível agrícola e florestal (...) na conservação da natureza*” (Serpa Carvalho 2006: 6) constituindo estes aspectos uma oportunidade de articulação com outras actividades importantes para o desenvolvimento local, como o turismo (e.g. Alcazar, Henriques e Sequeira 2006)⁸.

A comunicação pode, neste contexto, desempenhar um papel crucial nos processos de desenvolvimento local, principalmente em áreas rurais mais remotas que padecem, como referido, de múltiplos problemas associados aos baixos níveis de literacia e de capacidade empreendedora. A importância da comunicação como ferramenta para o desenvolvimento local sustentável em meio rural está bem patente nos projectos *Comunicação e Educação Ambiental* da GreenCOM⁹ (Day e Monroe, 2000) ou no conceito de *comunicação para o desenvolvimento* promovido pelo *Food and Agriculture Organization* (FAO). Este conceito tem por base “*o pressuposto de que o desenvolvimento rural bem-sucedido assenta na participação consciente e activa dos beneficiários das estratégias em todas as fases do processo de desenvolvimento, porque, em última análise, o desenvolvimento rural não pode acontecer sem mudanças nas atitudes e nos comportamentos das pessoas a quem se destina*”¹⁰ (FAO 1989). Em termos operacionais, o conceito caracteriza-se pela utilização da comunicação de forma planeada e sistemática, com recurso a canais interpessoais, meios audiovisuais e de comunicação social. Os objectivos desta estratégia são essencialmente a geração de consensos, a minimização de conflitos, o desenvolvimento de ferramentas de comunicação para o público leigo e a garantia de eficácia das acções de desenvolvimento.

⁷ Segundo excerto de apresentação do *Seminário Agricultura, Desenvolvimento Rural e Conservação da Natureza*, Maio 2006.

⁸ Na mesma linha, o actual Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) prevê a medida “Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas” que inclui o tópico “Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura”.

⁹ O GreenCOM é um programa da Agência Americana para o Desenvolvimento internacional.

¹⁰ Guidelines on Communication for Rural Development, <http://www.fao.org/sd/cdirect/cdpub/SDREpub.htm> consultado on-line em Março de 2008.

Tudo isto decorre da recolha e troca de informação entre os vários *stakeholders*; da mobilização de esforços para acções de desenvolvimento e do uso de tecnologias de comunicação adaptadas às necessidades locais de formação e extensão (e.g. FAO, 1989). A formação e a educação, em conjunto com a participação, na definição de estratégias e nos processos de tomada de decisão, constituem instrumentos vantajosos para o desenvolvimento sustentável em meio rural, já que “(...) a acção organizada das pessoas, existindo motivação intrínseca destas, tem consequências estruturantes na satisfação das suas necessidades ou dos seus interesses, na medida em que a conjugação de esforços é factor de capacitação colectiva para a superação de diversas limitações naturais e culturais, incluindo as políticas” (Moreno 2007: 183). Apesar de mais demorados, estes processos acabam por funcionar em benefício dos responsáveis políticos locais, pela patente transparência e democraticidade que introduzem.

A realidade portuguesa é, no entanto, bem diferente dos modelos participativos aconselhados, como demonstra um inquérito recente sobre a implementação da Agenda 21 Local, a partir do qual se concluiu que “a primeira ideia que transparece é a de que a maioria dos autarcas acreditam numa democracia mais delegada e menos participada, até porque consideram que os próprios municípios não estarão suficientemente preparados para intervir nas decisões” (Schmidt, Nave e Guerra 2006: 79)¹¹. Parece assim que a concretização destes novos formatos participativos ou de “um modelo de desenvolvimento e gestão participados” em áreas com importância para a conservação da natureza (e.g. Figueiredo, 2003), é de difícil concretização no nosso país.

Como referimos antes, a actual política da União Europeia aposta mais numa lógica espacial e social (rural), em detrimento da sectorial (agrícola), tende a sublinhar a auto-sustentação das comunidades rurais recorrendo a estratégias de ‘*capacity building*, assim como a ‘*iniciativas de base comunitária*’ e ‘*redes de cooperação*’ (e.g. Shortall, 1994; Ray, 1999). A “*dinamização do rural como local de consumo*” (Oliveira Baptista, 2006: 92) e a “*multifuncionalidade*” (e.g. Covas 2004), citando apenas dois conceitos que podem contribuir para repor o rural no mapa, não são fáceis de operacionalizar. Reatar a vontade de desafiar o futuro, nestas condições, levará tempo e precisará de catalisadores. Muito se joga, portanto, na qualidade das relações entre pessoas e destas com as instituições e organizações. Shortall (2004: 120), afirmando que a *pertença* é uma questão chave que necessita de ser revista na teoria sociológica, acrescenta que “é preciso tornar claro que a sociedade civil importa, para além da economia”. Neste sentido, a existência de um agente mobilizador (por exemplo, um *animador* ou um *mediador social*)¹² com capacidade de manusear o processo comunicativo e promover o contacto directo com as populações é central neste processo. Maugrado este reconhecimento, a investigação produzida na área do desenvolvimento rural não

¹¹ Neste mesmo estudo, os autarcas apontam algumas sugestões para mudança do quadro de fraca participação pública nas questões de desenvolvimento sustentável que eles próprios reconhecem existir. “*Fóruns, reuniões e plenários são predominantemente os mecanismos mais referidos como meio de incentivar a participação (45%), seguindo-se as campanhas de divulgação e sensibilização (28%). A alguma distância poderíamos referir, ainda, o contacto directo com as populações (13%), as acções determinadas em função do projecto/problema colocado (11%), as parcerias (9%) e a divulgação, seja através dos media (9%), seja através da distribuição ao domicílio (9%)*” (Schmidt, Nave e Guerra 2006: 85).

¹² Por exemplo, Correia e Caramelo (2003) defendem uma prática de mediação social que encare o conflito como transformador, que conduza à mudança. Mas determinada pelas exigências do “terreno”, uma construção social em nome do colectivo. “*O desafio que se coloca aqui é o de construir respostas urgentes para questões que se inscrevem numa temporalidade longa*” (idem, ibidem: 186).

foi ainda suficiente para clarificar a importância dos processos comunicacionais e da relação com a população local, nos projectos de desenvolvimento. A estreita actuação com a população local, em diálogo permanente, pressupõe metodologias extremamente flexíveis, em que a actuação se molda às condições do meio e paralelamente existe uma reavaliação permanente do processo. É esta actuação (segundo certas correntes, esta investigação-acção) no contexto da aplicação, que marca a diferença e deverá nortear metodologicamente o mobilizador. De entre as várias definições (e.g. Koshy, 2005) e sem fórmulas metodológicas rígidas, a investigação-acção pode ser descrita como *“um inquérito construtivo, durante o qual o investigador constrói o seu conhecimento sobre assuntos específicos, planeando, agindo, avaliando, refinando e aprendendo com a experiência; é um processo de aprendizagem contínua no qual o investigador aprende e partilha o saber que se vai construindo com os que podem com ele beneficiar”* (Koshy 2005: 5). Esta metodologia tem sido utilizada com algum sucesso e é também ela que tem norteadado a actuação em algumas das aldeias estudadas, no âmbito do projecto *Criar Raízes*.

4. Repor o rural no mapa: a comunicação como processo para a sustentabilidade em seis aldeias do Maciço da Gralheira

No sentido de analisar e as estratégias de comunicação existentes e/ou a estabelecer em comunidades rurais de montanha, para o envolvimento das populações locais em iniciativas de desenvolvimento sustentável e para a redução do seu isolamento, seleccionaram-se dois casos de estudo correspondentes a projectos de desenvolvimento local em curso na área do Maciço da Gralheira, englobando seis aldeias. Os casos de estudo estão integrados no Sítio *Serras da Freita e Arada*, da Rede Natura 2000, que se localiza no enclave montanhoso entre os distritos de Viseu, Porto e Aveiro. A circunstância de pertencerem à Rede Natura 2000, torna os casos analisados paradigmáticos no que se refere às estratégias de desenvolvimento a adoptar, devendo estas incluir tanto as vertentes social e económica, como a vertente ambiental. Por outro lado, estes casos podem servir de referência para outros contextos rurais, porventura com critérios menos restritivos, já que a sustentabilidade não é um ideal válido apenas para as áreas com estatuto de conservação (e.g. ICN, 2005). A técnica de recolha de informação utilizada foi o Inquérito por Entrevista¹³, aplicado aos técnicos e promotores dos projectos e aos Presidentes de Junta de Freguesia de Cabreiros, Candal e Covas do Rio. No caso dos primeiros, a entrevista centrou-se nas metodologias e estratégias seguidas nas acções que promoveram e promovem e nas dificuldades encontradas ao longo desses percursos. No caso dos últimos, a entrevista focou essencialmente a sua opinião acerca de ambos os projectos e o impacto dos mesmos junto das populações.

¹³ Como se referiu a evidência empírica aqui apresentada tem ainda um carácter exploratório. Posteriormente serão realizados inquéritos por questionário à população local com o objectivo de recolher informação acerca do seu envolvimento nas estratégias de desenvolvimento local. O inquérito por entrevista utilizado (de tipo semi-estruturado) foi construído tendo por base a operacionalização dos conceitos centrais deste trabalho, assim como todo um manancial de informação bibliográfica e estatística. Para o tratamento da informação recorreu-se aos procedimentos da técnica da análise de conteúdo, cujas categorias classificatórias seguiram a já mencionada operacionalização dos conceitos e, naturalmente, a informação obtida a partir do discurso dos entrevistados.

Os projectos analisados são o *Criar Raízes* e a *Cooperativa Mais Além*. No âmbito do primeiro, embora englobe todas as aldeias serranas do concelho de S. Pedro do Sul, foram seleccionadas para a nossa análise as aldeias de Candal, Póvoa das Leiras e Coelheira (freguesia de Candal) e de Covas do Monte (freguesia de Covas do Rio)¹⁴. No segundo caso, considerámos as aldeias objecto de actuação da *Cooperativa Mais Além*: Cabreiros e Tebilhão (freguesia de Cabreiros, concelho de Arouca)¹⁵ e as pertencentes à freguesia de Candal (ver figura 1).



Fonte: Adaptado de ADRL, 2008

Figura 1 – Localização das aldeias incluídas nos projectos analisados

Figueiredo (2003: 335) classifica esta área como periférica, sobretudo devido “às fracas acessibilidades, às condições naturais e às características sociais e económica. Ainda que situada no litoral do país é uma área rural profunda’, marginal’ e interior’, ou seja, uma área que possui graves deficiências em termos de infra-estruturas, serviços e equipamentos básicos, com uma população envelhecida, que sobrevive com base sobretudo numa agricultura tradicional, familiar e de subsistência. Esta área possui uma reduzida diversidade de actividades económicas, embora existam num perímetro de 30 quilómetros centros com relevância urbano-industrial a nível nacional”. As freguesias a que pertencem os seis aglomerados

¹⁴ A aldeia de Candal tinha em 2001 (segundo o recenseamento do INE) 77 habitantes. Póvoa das Leiras possuía 57 residentes e a Coelheira 20. Covas do Monte tinha na mesma data 71 residentes.

¹⁵ Não foi considerado o lugar de Cando devido ao reduzido número de habitantes (6). Cabreiros tinha em 2001, segundo o último recenseamento do INE, 58 habitantes e Tebilhão 47 residentes.

populacionais incluídos nos projectos em análise são a ilustração disto mesmo, com perdas populacionais rondando os 70% e com um tecido económico e social bastante frágil.

O projecto *Cooperativa Mais Além* (criado em 1977, pelo Padre João Rodrigues) pode ser caracterizado como uma intervenção de tipo *bottom-up*, constituída com o objectivo de fornecer à população, no contexto do isolamento e das deficientes acessibilidades, o serviço de transporte de pessoas e bens. Posteriormente, a actividade desta cooperativa alargou-se a serviços associados ao turismo, como o aluguer de duas casas na serra e a participação na *Ambitur*, proprietária do Parque de Campismo Rural da Fraguinha. Ao longo dos seus mais de 30 anos de existência esta Cooperativa promoveu diversas iniciativas associadas ao desenvolvimento local, visando a melhoria da qualidade e condições de vida das populações. Conta com a colaboração regular de um funcionário e o apoio esporádico de alguns associados. Esta Cooperativa esteve igualmente na origem do Grupo de Acção Local LEADER, que posteriormente originou a ADRIMAG – *Associação de Desenvolvimento Regional Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira* e é ainda parceira do projecto *Criar Raízes*.

O projecto *Criar Raízes* (financiado pelo PROGRIDE¹⁶), iniciado em 2005, resultou de uma iniciativa da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, incidindo sobre as aldeias serranas do concelho. Os objectivos cimeiros deste projecto relacionam-se com a melhoria das condições de vida das populações das aldeias da serra, designadamente através de acções associadas ao apoio a instituições de serviço social, à criação local de emprego, à abertura de canais de comercialização para os produtos agrícolas locais e ao fomento de microempresas. A aldeia de Covas do Monte¹⁷ é o elemento central deste projecto, onde estão a ser aplicadas algumas das estratégias discutidas na secção anterior. Nesta aldeia está a ser implementada a iniciativa *Aldeia Viva* que a partir da recuperação de algum património material e imaterial promove e reforça a identidade local e a *memória* colectiva. O projecto apoiou a reconversão de um restaurante, a funcionar na antiga escola primária e promoveu um curso de equivalência ao 6º ano de escolaridade, na sequência do qual foi criado o *Espaço Internet*. Actualmente, entre as iniciativas em curso, encontram-se a recuperação do lagar de azeite comunitário e a criação de uma área de campismo. Nas restantes aldeias, as iniciativas têm-se concentrado essencialmente na promoção dos valores locais e de interface com o exterior. Este projecto tem uma equipa constituída por quatro elementos, com formação superior¹⁸ contando igualmente com a participação pontual de visitantes e *amigos* das aldeias abrangidas. A estratégia seguida pelo projecto, ainda que genericamente de natureza *top-down* (a uma escala regional), contém assinaláveis “nuances” *bottom-up*, materializadas no trabalho de proximidade com as populações.

A avaliação de ambos os projectos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia entrevistados pode ser considerada globalmente positiva. No entanto, são de salientar algumas diferenças. Relativamente à

¹⁶ Programa para Inclusão e Desenvolvimento (Portaria 730/200 de 24 de Junho). O projecto *Criar Raízes* obteve um financiamento para quatro anos no valor de 84.677,23 euros que termina a 31/8/2009.

¹⁷ Esta aldeia começa a ser conhecida publicamente pelas suas quase 3000 cabras cuja criação tem representado ao longo do tempo o sustentáculo da economia local. É nesta aldeia que se concentram os esforços do projecto *Criar Raízes* relativamente à aplicação de uma estratégia de comunicação para o desenvolvimento sustentável, sendo que nas outras aldeias decorrem actividades diversas, muito embora sem a sustentação das acções de proximidade e permanência. A aldeia de Covas do Monte foi aquela que manifestou, numa fase inicial, uma maior iniciativa e melhores condições.

¹⁸ Sociologia, Turismo, Gestão e Agronomia.

Cooperativa Mais Além, enquanto o Presidente da Junta de Freguesia de Candal é francamente entusiasta desta iniciativa, salientando o contributo da mesma para o desenvolvimento local, o Presidente da Junta de Freguesia de Cabreiros tende a adoptar uma posição mais moderada, sustentada no facto de a maior parte das iniciativas serem realizadas em Candal. Em relação ao *Criar Raízes*, não surpreendentemente, é o Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio quem mais enaltece as qualidades deste projecto, embora faça uma análise cautelosa dos impactos do mesmo: “*Antes, Covas do Monte não era conhecida em lado nenhum. Conseguiu uma visibilidade como nunca teve (...), uns dizem que é bom, outros discordam porque acham que a vinda de pessoas de fora só beneficia dois ou três*”.

Apesar de, como referido, os dados recolhidos se revestirem de uma natureza exploratória, é nítida a diferença em termos de estratégias de actuação e comunicação entre os dois projectos, estando tal diferença associada às suas especificidades, designadamente ao carácter institucional, ao número e formação dos elementos das equipas, à data de criação e ao âmbito de actuação. Neste sentido, o projecto *Criar Raízes* assenta bastante mais numa actuação de proximidade, visando o envolvimento da população e, mais ainda, a passagem de testemunho em termos da iniciativa e liderança das acções de desenvolvimento, num claro exercício de “*transformação social*”¹⁹, incluindo também os visitantes como elemento impulsionador da mesma. A estratégia de comunicação que tem vindo a ser desenvolvida, contando com um *animador/mediador social*, tem produzido efeitos positivos, nomeadamente no que se refere à visibilidade dos recursos locais e à consequente valorização dos mesmos pelos habitantes locais. No entanto, nem sempre a população envolvida compreende a abrangência e o sentido da actuação, sendo aqui o tempo um factor decisivo. As razões culturais e o desfasamento temporal frequentemente observado entre o início das actividades e os seus resultados concretos são, segundo os técnicos entrevistados, os factores explicativos daquela situação. A avaliação feita pelos Presidentes da Junta de Freguesia realça a pouca ou pontual participação dos residentes nos projectos: “*de cá aparecem um ou dois... Os de cá... quando podem ajudam (...). Os que têm trabalhado mais são as pessoas do Projecto ou pessoas de fora convidadas pelo Projecto, como os das autocaravanas*”. Actualmente, o projecto *Criar Raízes* encontra-se numa fase crucial, não apenas porque termina o PROGRIDE – havendo que encontrar alternativas para a continuidade do projecto – mas também porque, segundo o *animador* do mesmo, é chegada a altura de devolver as acções à população local, ou para utilizar a sua própria expressão “*nós queremos é deixar de ter poder!*”. Isto não significa o abandono das comunidades, mas antes uma actuação menos interventiva por parte dos técnicos.

Relativamente à *Cooperativa Mais Além*, o projecto caracteriza-se por uma actuação menos participada e muito assente na figura do seu impulsionador, sendo que não houve um trabalho de *animação/mediação* com a população local. Criada numa época em que o desenvolvimento rural não assentava no mesmo tipo de paradigma, a estratégia seguida (ou a sua ausência) esteve mais relacionada com a promoção de actividades independentemente do envolvimento da população local. Por outro lado, como referimos, tendo surgido associada ao suprimento de uma necessidade concreta - o transporte – não houve, durante algum tempo, a preocupação de alargar o leque de actividades e, consequentemente, de transferir a

¹⁹ Expressão do *animador* deste projecto.

iniciativa para a população. Neste momento, reconhecendo a importância da diversificação das actividades e do envolvimento dos habitantes locais no desenho do seu futuro, o principal mentor tenta forçar as iniciativas locais, através do seu afastamento do projecto. A actuação individualizada – embora desde sempre pautada pela valorização sustentável dos recursos locais (“a água, o ar e a serra”²⁰) – que caracteriza este projecto não foi capaz, até agora, de mobilizar as gentes locais. Alguma visibilidade tem sido dada ao trabalho da Cooperativa através das casas da serra e do Parque de Campismo Rural da Fraguinha.

Estes dados chamam-nos a atenção para a importância dos processos comunicacionais, assentes na *animação* social na promoção do envolvimento da população nas acções de desenvolvimento local. É claro que o projecto em que esses processos constituíram a base de toda a actuação – *Criar Raízes* – é aquele que mais tem contribuído para a sustentabilidade das comunidades locais, apesar dos níveis de participação e de envolvimento da população poderem ser discutidos²¹.

Como referimos antes, as áreas rurais detêm hoje funções importantes, a nível ambiental e cultural, para a sociedade entendida no seu conjunto. Essas funções, que tendem a constituir o mundo rural como *objecto de consumo* urbano, materializam-se sobretudo no desenvolvimento de actividades de recreio e lazer em meio rural, desejavelmente articuladas com os recursos locais. Como salientam alguns autores (e.g. Kastenzholz e Figueiredo, 2007), as actividades associadas ao turismo, ao mesmo tempo que podem potenciar o desenvolvimento rural, podem também contribuir para a descaracterização das áreas rurais ou para a sua reinvenção. Neste contexto torna-se evidente que qualquer projecto que vise a sustentabilidade das comunidades locais, deve assentar igualmente em estratégias de comunicação externa, i.e., em acções que promovam, entre os visitantes, a valorização dos recursos e especificidades locais. Também neste domínio as diferenças entre os dois projectos analisados são marcadas. Enquanto o projecto *Criar Raízes* assume a comunicação externa como um pilar da sua intervenção, a *Cooperativa Mais Além* apenas tem acções ocasionais nesta matéria.

A já mencionada valorização do mundo rural pela população urbana é reconhecida pelos técnicos do *Criar Raízes* e utilizada como um factor de *transformação social*. Partindo da necessidade que identificam na população urbana de, por um lado, experimentar “*vivências reais*”, assentes num maior contacto com a natureza e na recuperação das *memórias* e tradições culturais (como forma de escapar, ainda que ocasionalmente, a um mundo “*formatado*” e “*asséptico*”²²) e, por outro garantir algum controlo sobre a qualidade dos alimentos que consomem, foram desenhadas algumas estratégias de comunicação:

- A criação de uma imagem (logótipo e fixação da proposta gráfica no material informativo e promocional) do *Criar Raízes*, com fortes referências à serra e à natureza;

²⁰ Expressão usada pelo entrevistado.

²¹ Consideramos que para essa discussão serão fundamentais os dados a obter posteriormente junto dos habitantes.

²² Expressões usadas pelos entrevistados.

- O recurso, nas mensagens de *marketing* directo, a temas identificativos das aldeias onde decorrem as actividades²³;
- A utilização de um conjunto diversificado de meios de informação e comunicação, como o email, o Boletim do Projecto, o *website* e meios de comunicação social²⁴;
- A identificação de públicos específicos, constituídos por participantes em actividades anteriores, por indivíduos atentos a estas temáticas e por pessoas que manifestam directamente o desejo de ser informadas;
- A utilização de canais colectivos de comunicação e informação como a DLR (Desenvolvimento Local em Rede), a REAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza) e a rede PROGRIDE.

Para além do referido, e no sentido de captar e fidelizar o público-alvo, o projecto tem em consideração, na organização das diversas actividades, o *timing* mais adequado, procurando conciliar os tempos dos residentes nas aldeias e os dos visitantes; o acesso às aldeias, fornecendo transporte a partir de São Pedro do Sul; as necessidades de alojamento, através de acordos com unidades hoteleiras e as opiniões dos participantes, através da aplicação de questionários. Por outro lado, tem-se conseguido assegurar a continuidade e regularidade de várias acções como por exemplo as vindimas e prova do vinho, a sementeira e colheita de batata, o ciclo *Estória e História* e ainda o *Cinema nas Aldeias*.

Apesar disto, é ao nível do incentivo ao rural como local de consumo que o projecto tem sentido mais dificuldades. Tal situação é explicada pela coordenadora: “*Penso que as pessoas ainda não começaram a ver o evento como uma oportunidade para venda de produtos. (...) Temos muita dificuldade em fazer perceber que se pode tirar partido económico dos eventos*”, opinião que é corroborada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio, quando afirma que “*a maior parte das pessoas não vende os seus produtos... é uma questão de hábito!*”. Ainda assim, o projecto tem o objectivo de promover o aparecimento de produtos de fumeiro, de casas de campo em Covas do Monte entre outros. Actualmente estão disponíveis para venda produtos hortícolas, mel e cabrito, que são escoados através da *CoopRaízes*, estrutura de comercialização criada no âmbito do projecto. Embora ainda não seja possível avaliar inteiramente a evolução do volume de vendas destes produtos, os técnicos afirmaram nas entrevistas que aquela tem sido positiva, apesar de lenta e, sobretudo, vantajosa para quem já tinha alguma estrutura de produção. Assim, apesar da necessidade de produzirmos maior evidência empírica nesta matéria, é já relativamente claro que as estratégias de comunicação e marketing seguidas pelo *Criar Raízes*, apoiadas na *mediação/animação* social, têm resultado numa crescente captação de clientes e visitantes para as aldeias da serra, concretamente para Covas do Monte, contribuindo assim para que estas aldeias se tornem progressivamente em locais de consumo, ao mesmo tempo, que reforçam o tecido socioeconómico local.

²³ Por exemplo: “*Um fim-de-semana diferente repleto de energia positiva e saborosas experiências*”; “*Encontro com tradições locais. Pessoas. Lugares. Paisagens. Música. Partilha de saberes e sabores*.” (mensagem a 29 de Maio de 2008 a divulgar Rotas Temáticas); “*Rota do Pobreiro*” (nome do pastor em Covas do Monte, mensagem de 27 de Março de 2008);

²⁴ A título de exemplo refira-se que, entre Janeiro de 2007 e Maio de 2008, foram publicados 18 artigos de imprensa sobre o Projecto e 14 especificamente sobre Covas do Monte, sendo dois deles em jornais nacionais (Diário de Notícias a 6 de Maio 2007 e Revista Fugas a 24 de Maio de 2008).

Como mencionámos antes, a *Cooperativa Mais Além* não possui uma estratégia de comunicação clara, sendo que, à excepção de uma página *web* (não actualizada regularmente²⁵) e de algumas referências em artigos de jornal (ainda não contabilizadas), não identificámos outras ferramentas comunicacionais. Tal pode constituir-se como um poderoso obstáculo ao desenvolvimento local, assente nos pressupostos que debatemos nas secções anteriores, e à sustentabilidade das comunidades envolvidas.

Um dos requisitos do desenvolvimento sustentável a nível local é a articulação entre os diversos *stakeholders*, produtos e iniciativas. Neste sentido, as acções de comunicação e *animação/mediação* devem, também elas, ser articuladas e integradas em estratégias mais amplas de desenvolvimento, tendo em atenção o seu enquadramento regional e mesmo nacional. O projecto *Criar Raízes* demonstra que há uma forte interdependência entre as várias acções de comunicação externa e o padrão de desenvolvimento das comunidades. Por outro lado aquelas acções articulam-se com o trabalho de mediação e *animação* social que decorre em Covas do Monte. O facto de este projecto ter sido desencadeado a nível municipal, pode contribuir positivamente para a sua credibilização e ainda para a articulação entre as estratégias municipais e as acções localizadas. No entanto, a percepção dos intervenientes directos no projecto (por exemplo o responsável pela Junta de Freguesia e o *animador*) é a de constante falta de apoio institucional, que atribuem a discordâncias político-partidárias. Concretamente, nas palavras do *animador*: “Claro que tudo seria mais fácil se tivéssemos mais apoio político, mas desde o início sabíamos dessa dificuldade.” Apesar disso, afirma: “Tenho de saber organizar-me como um poder que não é poder”. Em Covas do Monte, a comunicação externa depende do trabalho da mediação e vice-versa. O trabalho de *mediação/animação* tem sido crucial para que a comunicação externa resulte numa acção eficaz, ou seja, numa potencial transformação social, como exemplifica a coordenadora: “Claro que, se quiséssemos realizar o ‘Estória e História’ em Covas do Monte em 2006, não íamos conseguir. Mas, a pouco e pouco, as pessoas começaram a habituar-se à presença de visitantes (e potenciais compradores)”. Há também exemplos de que a mediação é solicitada pelo trabalho de comunicação externa. Por exemplo, situações em que é necessária a intervenção do *mediador* junto da população, para que seja possível criar condições acolhimento aos visitantes.

No caso da *Cooperativa Mais Além* a interdependência entre *mediação/animação* social e comunicação externa não se aplica, porque não há, como assinalámos já, um trabalho de proximidade com as populações, enquadrável nos parâmetros da mediação social. Por outro lado, não existe uma estratégia clara e assumida de comunicação externa. Mais ainda, a descoincidência entre a entidade promotora das intervenções locais e as responsáveis pelas estratégias municipais (Câmara Municipal de Arouca e Câmara Municipal de S. Pedro do Sul), assim como a desarticulação entre estas últimas, dificulta a coordenação de interesses e iniciativas. Esta dificuldade tem sido contornada, por este projecto, com base no recurso a programas de financiamento, por vias que dependem de outras entidades de âmbito regional (ADRMAG e outras).

²⁵ Actualmente a página parece desactivada, conduzindo-nos para o blog *Serra em Flor* (<http://serraemflor.blogspot.com>), da Associação de Desenvolvimento da Região de Lafões, que divulga um conjunto de actividades e iniciativas ocorridas no Maciço da Gralheira.

5. Conclusão

Neste trabalho partimos da constatação das transformações ocorridas nas áreas rurais ao longo das últimas décadas, para afirmar as suas novas funções e os desafios políticos que as mesmas têm colocado. Afirmámos que as áreas rurais desempenham, hoje, funções importantes particularmente nos domínios da preservação dos recursos naturais e das *memórias* colectivas e da produção de alimentos de qualidade. Esta multifuncionalidade do mundo rural tem vindo a ser crescentemente reconhecida, às várias escalas, pelas políticas e medidas que visam o seu desenvolvimento de forma sustentável, insistindo na participação e envolvimento das populações locais. Neste sentido, as estratégias políticas apontam, cada vez mais, para o reforço das capacidades e competências locais, em que as palavras-chave são a comunidade, a cooperação e a articulação. Estes aspectos, embora sendo fundamentais, representam desafios dificilmente ultrapassáveis num contexto, comum a muitas áreas rurais, de fraca escolaridade, de desertificação e envelhecimento populacionais, assim como de débil capacidade empreendedora.

Argumentámos que a actuação de proximidade, através da *mediação/animação* social, recorrendo ao método da investigação-acção, articulada com a comunicação externa para captação dos públicos adequados, poderá ser uma possível via para responder aos desafios mencionados. Assim, os projectos analisados constituem ilustrações, ao mesmo tempo do relativo sucesso daquela estratégia (o caso do *Criar Raízes*) e das dificuldades em mobilizar as populações locais e em implementar acções de desenvolvimento sustentável (particularmente visíveis no caso da *Cooperativa Mais Além*). Os casos analisados apresentam diferenças relevantes, dependentes das especificidades dos projectos e associadas a aspectos como o carácter institucional, o número e formação dos elementos das equipas, a data de criação e o âmbito de actuação. Assim, observámos que o projecto *Criar Raízes* é aquele que parece responder melhor às novas orientações políticas e ao conhecimento científico produzido neste domínio, apostando na *animação*, no envolvimento e participação das comunidades locais, na diversificação das actividades económicas e no incentivo ao rural como local de consumo. É também neste projecto que se verifica uma utilização de estratégias de comunicação externa para impulsionar a “*transformação social*”, promovendo a percepção da necessidade de mudança e a inversão do declínio anunciado. A *Cooperativa Mais Além*, nascida num contexto de não valorização e reconhecimento da importância dos processos participativos nem dos recursos locais no desenvolvimento, teve um papel crucial e único na melhoria das condições de vida das comunidades. No entanto, podemos apontar o seu relativo fracasso no que concerne ao fomento de capacidades empreendedoras a nível local e ao envolvimento dos habitantes no desenho de estratégias de desenvolvimento. A ausência de articulação entre as várias entidades e escalas de actuação constitui um problema adicional em ambos os casos analisados.

Concretamente, a análise relativa ao projecto *Criar Raízes* sugere, através das iniciativas desenvolvidas até à data, que a comunicação (sobretudo assente em processos de *animação/mediação*) pode constituir uma estratégia eficaz para a sustentabilidade das comunidades rurais e, de certa forma, contribuir activamente para *repor o rural no mapa*. Efectivamente, o estabelecimento de inter-relações entre as comunidades locais e os públicos externos pode ajudar os residentes rurais a valorizar os seus recursos e a encontrar formas de, a partir deles, retirar proveito económico.

Apesar disto, identificámos alguns aspectos que podem limitar a aplicação destas soluções de proximidade. Um deles é o tempo necessário para implementar iniciativas desta natureza, que quase sempre não coincide (porque mais lento) com os ciclos eleitorais que condicionam a actividade dos Municípios. Como diz um dos técnicos entrevistados: “*Os resultados demoram tanto, que quando surgem é difícil perceber que eles surgiram*”. Este aspecto coloca a questão do enquadramento institucional que deve ser dado a estas estratégias e iniciativas. Outro factor limitativo está associado aos recursos humanos alocados aos projectos, já que estas actuações parecem exigir permanência nas equipas, a preparação dos seus elementos para o contacto directo com as populações e ainda o domínio das estratégias de desenvolvimento. São acções que implicam um longo contacto com as populações para, com elas, desenhar os caminhos do futuro. São, assim, acções que se caracterizam pela delicadeza, pelo avançar em pequenos passos na construção de uma espécie de *filigrana social*. Além do tempo, o enquadramento financeiro e institucional é aqui fundamental. Outro aspecto que pode condicionar a eficácia e o sucesso das acções de proximidade está relacionado com as próprias características do meio em que são aplicadas, designadamente a ausência de população jovem e de dinâmicas sociais e económicas, aspectos que como referimos antes, são frequentes na maior parte das áreas rurais. Isto significa que, nos contextos onde estes aspectos se verificam, devem ser implementadas medidas de apoio e incentivo

Referências Bibliográficas

Alcazar, R., Henriques, I. e Sequeira, E. (2006). Oportunidades no Desenvolvimento Rural para a Conservação da Natureza. Borrvalho, R, Ribeiro, H.R. e Lima Santos, J.M. (coords.), *Seminário Agricultura, Desenvolvimento Rural e Conservação da Natureza – Livro de Resumos*, Odemira: Naturlink, Fundação Odemira, Instituto Superior de Agronomia.

Andrew, C. e Goldsmith, M. (1998). From local government to local governance – and beyond?. *International Political Science Review*. 19 (2): 101 – 117.

Barbieri, J.C. (1997). *Desenvolvimento e Ambiente – As Estratégias de Mudança da Agenda 21*, Petrópolis: Editora Vozes.

Cavaco, C. (dir.) (1994). *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*. Programa das Artes e Ofícios Tradicionais da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.

Covas, A. (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Edições Colibri, Lisboa.

Correia, J. A. e Caramelo, J. (2003). *Da Mediação local ao local da mediação: figuras e políticas*, revista *Educação, Sociedade e Culturas*, nº20, pp. 167-191.

Day, B. A. e Monroe, M. C.. (eds.) (2000). *Environmental Education and Communication for a Sustainable World: Handbook for International Practitioners*. Washington DC: GreenCOM and Academy for Educational Development, United States Agency for International Development.

FAO (1989). *Guidelines on Communication for Rural Development: a brief for development partners and project formulator*. FAO, (<http://www.fao.org/sd/cddirect/cdpub/SDREpub.htm>) [Acedido em Março de 2008].

Fidélis, T. (2001). *Planeamento Territorial e Ambiente – o caso da envolvente da Ria de Aveiro*. S. João do Estoril: Principia.

Figueiredo, E. (2003). *Um Rural para Viver, Outro para Visitar – o Ambiente nas Estratégias de Desenvolvimento para as Áreas Rurais*. Dissertação de doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente. Universidade de Aveiro, Aveiro.

Figueiredo, E. (2008). Imagine there's no rural – the transformation of rural spaces into places of nature conservation in Portugal. *European Urban and Regional Studies*. 15 (2): 159 – 171.

Figueiredo, E. e Ferrão, P. (2007). O conhecimento não cresce nas árvores: os desafios da sociedade de conhecimento e o mundo rural em Portugal. *III Congresso de Estudos Rurais – Agricultura Multifuncional, Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas*, SPER; Universidade do Algarve, Faro.

Grimes, S. (2000). Rural areas in the information society: diminishing distance or increasing learning capacity?. In *Journal of Rural Studies*. 16:13 – 21.

ICN (2005). Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para Portugal Continental; Lisboa: Instituto para a Conservação da Natureza; Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Kastenholz, E. e Figueiredo, E. (2007). Existing and Potential connections between Rural Tourism and Rural Development – Empirical Approach, comunicação apresentada por convite no 3rd *European Congress on Rural Tourism – Challenges and Strategies for Rural Tourism*, Topic 1 – *Romanticism or 'Rural Disney' – Where are we Heading?*, Eger, Hungria, Setembro.

Koshy, V. (2005). *Action Research for Improving Practice, a Practical Guide*. Paul Chapman Publishing/SAGE, Londres.

Moreira, C. A. (2008). *Desenvolvimento Sustentável – Um conceito no limiar da utopia*. http://homologa.ambiente.sp.gov.br/proclima/publicacoes/publicacoes_portugues/desenvolvimentosustentaveumconceitonolimiardautopia.pdf. [Acedido a 2 de Janeiro de 2008].

Moreno, L. (2007). *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*, Lisboa: e-book consultado em Outubro de 2007 (portal www.pluridoc.com).

Oliveira Baptista, F. (1993). *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*. Fora do Texto, Coimbra.

Oliveira Baptista, F. (1996). Declínio de um tempo longo. In Pais de Brito, J.; Oliveira Baptista, F. e Pereira, B. (coord.). *O Voo do Arado*. MNE,, Lisboa: 35 – 75.

Oliveira Baptista, F. (2006). O Rural depois da Agricultura. In Fonseca, M. L. (coord.). *Desenvolvimento e Território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e os Novos Lugares de Turismo e Lazer*. CEG, Lisboa: 85-100.

Reis, M. e Lima, A. V. (1998). Desenvolvimento, território e ambiente. in Viegas, J. M. e Costa, A. F. (org.). *Portugal, que Modernidade?*. Celta, Oeiras: 329 – 363.

Ray, C. (1999). Towards a Meta-framework of Endogenous Development: Repertoires, Paths, Democracy and Rights. *Sociologia Ruralis*. 39: 521-537.

Rolo, J.C. (2003). *Para uma Monografia dos Espaços do Rural: Informação sobre a Socioeconomia do Rural (e Concelhos) do Continente Português no Final do Sécul XX*.ISA/INIAP/ANIMAR, Projecto Agro nº 62. Documento de Trabalho nº 4, Lisboa.

Serpa Carvalho, L. (2006). O papel da agricultura e da floresta na conservação da natureza. Borralho, R, Ribeiro, H.R. e Lima Santos, J.M. (coords.), *Seminário Agricultura, Desenvolvimento Rural e Conservação da Natureza – Livro de Resumos*, Odemira: Naturlink, Fundação Odemira, Instituto Superior de Agronomia.

Schmidt, L.; Gil-Nave, J. e Guerra, J. (2006). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Lisboa, Fronteira do Caos.

Shortall, S. (2004). Social or economic goals, civic inclusion or exclusion? An analysis of rural development theory and practice. *Sociologia Ruralis*.44 (1): 109 – 123.

Shucksmith, M. *et al.* (2006). *First European Quality of Life Survey: Urban-rural Differences*. European Foundation for the Improving of Living and Working Conditions. Office for Official Publications of the European Communities, Luxemburgo.

WCED (1987) *Our Common Future*, World Comission for the Environment and Development.